

A PRODUÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO Nº 12.527/2011: Um estudo na Plataforma Lattes

Kátia Santiago Ventura (UFPE)

ksvkatia@gmail.com

Guilherme Alves de Santana (UFPE)

guilherme.alves.santana@gmail.com

Sandra de Albuquerque Siebra (UFPE)

sandra.siebra@gmail.com

Fabio Mascarenhas e Silva (UFPE)

fabiomascarenhas@yahoo.com.br

EIXO TEMÁTICO: Produção e Produtividade Científica

MODALIDADE: Pôster

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visa analisar a produção de artigos científicos publicados em periódicos sobre a Lei nº 12.527/2011 entre 2011 e 2013. O presente estudo se justificou pela necessidade de identificação de quem, como e o que está sendo pesquisado nessa temática, haja vista sua importância para a consolidação de uma sociedade mais democrática, de modo a contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas e integração de novos grupos.

2 ACESSO A INFORMAÇÃO PÚBLICA: A LEI Nº 12.527/2011

O acesso à informação pública configura-se um direito fundamental do homem com o qual se garante outros, sendo um poderoso instrumento de controle das ações governamentais e de participação da sociedade nas decisões que afetam a vida de todos. Fatores como o exercício da cidadania, a afirmação da democracia e a ascensão da boa governança dependem de uma sociedade embasada em tais informações (UHLIR, 2006).

Não obstante, apesar de sua relevância, a informação pública foi, durante muito tempo, monopólio dos Estados, haja vista o longo período do regime militar, que dominou o país entre 1964 e 1985, e no qual as ações governamentais ocorriam sob extremo segredo, favorecendo o fortalecimento de uma cultura de sigilo no trato da coisa pública (ARTICLE 19, 2011).

É com a homologação da Lei Federal nº 12.527/2011 (BRASIL, 2011) que o Brasil dá um importante passo no que concerne o acesso às informações públicas, modificando a maneira de relacionamento entre administração pública e cidadão. O acesso dos cidadãos, dos agentes econômicos e da sociedade organizada às informações produzidas ou mantidas por órgãos do governo passa a ser regra e o sigilo, a exceção.

É certo que esse novo contexto jurídico instaurado no país requer mudanças paradigmáticas nos âmbitos sociais, políticos, culturais e gerenciais, para que se efetive na sociedade um acesso pleno e democrático às informações públicas. Diante disso, faz-se de extrema importância novos estudos e pesquisas quanto ao impacto social, cultural e econômico das transformações trazidas, de forma a possibilitar um desenvolvimento integrado e democratizado para toda a sociedade.

3 USO DE INDICADORES NA AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE CIENTÍFICA

A produção e a disseminação do conhecimento por meio dos canais de comunicação científica constituem a denominada “produção científica”. A partir dessa produção pode-se observar a evolução de determinada área do conhecimento em delimitado espaço temporal e espacial, identificando tendências e comportamentos diversos. É neste contexto que se inserem os sistemas de indicadores de produção científica, que de acordo com Viotti (2003, p. 47), “são essenciais para melhor compreender e monitorar os processos de produção, difusão e uso de conhecimentos científicos, tecnologias e inovação”.

Portanto, instrumentos de avaliação desta produção são componentes importantes para a atividade científica, pois este é um processo que não se limita à simples coleta de dados, mas que procura responder por meio da análise de suas múltiplas facetas, questões que permeiam a produção do conhecimento científico (SPINAK, 1998). É possível afirmar também que a produção de indicadores pode ser uma ferramenta de apoio ao processo decisório de reitores, diretores de centros, chefes de departamento, e especificamente dos coordenadores de pós-graduações, tornando-se um recurso que possibilita o aperfeiçoamento dos processos de avaliação, acompanhamento e planejamento institucional.

Para Santos e Kobashi (2009), os indicadores de produção são cada vez mais utilizados como meio para se compreender de forma mais acurada a dinâmica da ciência, além de subsidiarem o planejamento de políticas científicas, avaliando seus resultados. Percebe-se a importância desses indicadores por serem ferramentas para a tomada de decisão de gestores em diversas esferas. Nesse sentido, Vanti (2002, p. 154) sinaliza que

“estes indicadores quantitativos são utilizados dentro de uma área do conhecimento, por exemplo, mediante a análise de publicações, com aplicação no desenvolvimento de políticas científicas. Tenta medir os incrementos de produção e produtividade de uma disciplina, de um grupo de pesquisadores de uma área, a fim de delinear o crescimento de determinado ramo do conhecimento”.

Percebe-se que os indicadores podem avaliar qualquer área do conhecimento no sentido de responder questionamentos acerca da difusão, evolução e retrocessos de

determinadas temáticas. Sendo assim, o desenvolvimento de indicadores sobre a Lei de Acesso a Informação pode servir para verificar se os estudos e pesquisas sobre o tema ainda merecem ser aprofundados no Brasil.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar o objetivo proposto neste trabalho, acessou-se a Plataforma Lattes com o intuito de identificar quais os pesquisadores da Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011 no Brasil. Assim, efetuou-se a busca pelo termo no campo **Assunto** na Plataforma Lattes. Optou-se apenas por analisar os currículos dos pesquisadores com produções relacionadas ao termo mencionado e ocorridas entre 2011 (ano de homologação da Lei) e 2013.

Através da adoção *software* ScriptLattes, especializado em extração e geração de listas baseadas em dados dos currículos do CNPq, evidenciou-se que 31 pesquisadores tinham publicações de artigos científicos sobre o assunto em questão. Desta maneira, estes pesquisadores foram escolhidos para analisar suas produções de artigos, a partir dos quais se coletaram outros dados, como área do conhecimento e/da formação acadêmica e vínculo institucional.

Em seguida, verificaram-se quais os anos de publicação dos artigos completos publicados em periódicos. Foi escolhida esta tipologia documental em virtude de sua valorização em qualquer área do conhecimento. Utilizou-se o Microsoft Excel para a tabulação dos dados das produções e posterior geração dos gráficos de produção científica.

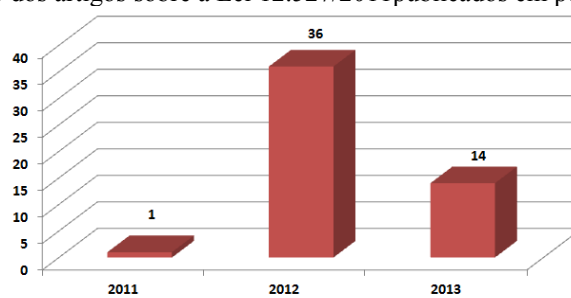
Por conseguinte, os dados de autoria foram inseridos em uma base de dados e foram submetidos à configuração, extração e inversão no *software* DataView, que gerou matrizes quadradas de colaboração entre os autores e contagem do número de publicações realizadas por cada pesquisador. A partir de tais matrizes, elaborou-se um gráfico de relações entre os autores no *software* UCInet, criando atributos numéricos representativos da frequência de textos publicados por cada autor. Logo, as matrizes geradas foram processadas pelo *software* NetDraw (incluso no UCInet), permitindo a criação de gráficos capazes de relacionar a colaboração entre instituições e autores doutores.



5 RESULTADOS E ANÁLISES

Para atender ao objetivo desse trabalho, identificamos importantes indicadores que podem oferecer informações relevantes para o conhecimento do andamento das pesquisas em torno da Lei de Acesso à Informação no Brasil. No primeiro indicador, da cronologia e quantitativos das publicações de artigos em periódicos sobre a Lei 12.527/2011 (Gráfico 01), observa-se um acentuado aumento na produção do ano de 2012. Isso se justifica pelo fato da Lei ter sido sancionada em 18 de novembro de 2011, mas só ter entrado em vigor a partir de 16 de junho de 2012, partindo daí o interesse dos pesquisadores a partir desse ano.

Gráfico 01 - Distribuição dos artigos sobre a Lei 12.527/2011 publicados em periódicos entre 2011 a 2013.

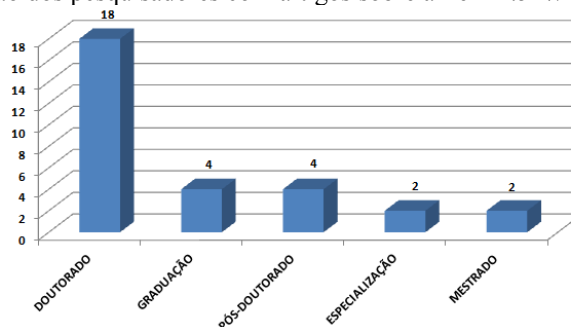


Fonte: Elaborado pelos autores (2014).

Ainda assim, mediante a importância social que a Lei nº 12.527/2011 representa para os cidadãos brasileiros, como também as mudanças sociais e culturais indispensáveis para sua efetiva aplicação, o número de pesquisas voltadas para essa temática é muito incipiente. É preciso considerar, porém, que por ser uma legislação recente no Brasil, e os dados dos pesquisadores no Currículo Lattes, fonte de pesquisa para este trabalho, podem ainda estar desatualizados ou incompletos.

Quanto à formação acadêmica (Gráfico 02), as pesquisas desenvolvidas sobre a Lei de Acesso à Informação são, em sua grande maioria, de pesquisadores com doutorado, já que as publicações em periódicos no Brasil possuem predominância de autores com essa titulação.

Gráfico 02 - Titulação dos pesquisadores com artigos sobre a Lei 12.527/2011 entre 2011 a 2013.



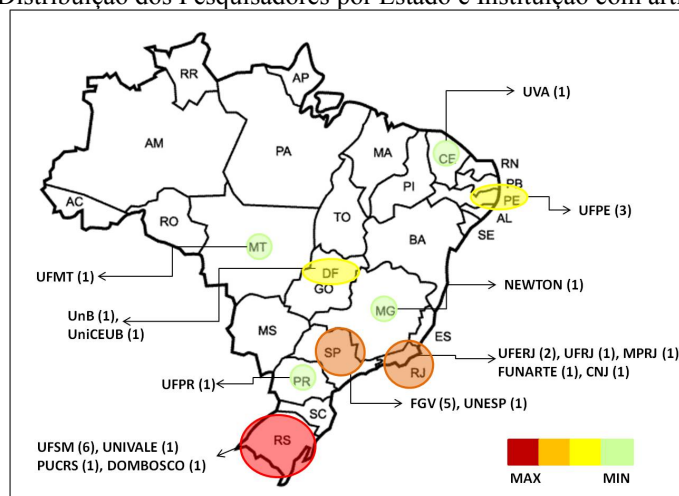
Fonte: Elaborado pelos autores (2014).

Quanto aos estados brasileiros com maior concentração de pesquisadores engajados na temática de Lei de Acesso à Informação (Gráfico 03), merece destaque o Rio Grande do Sul.



Ainda é preocupante que a Região Norte do país não apresente qualquer pesquisador interessado em temática tão relevante para a consolidação dos direitos da sociedade.

Gráfico 03 - Distribuição dos Pesquisadores por Estado e Instituição com artigos publicados.



Fonte: Elaborado pelos autores (2014).

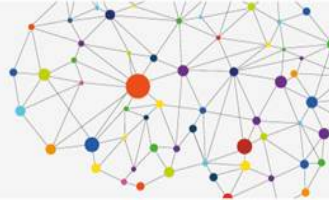
Foram identificados artigos publicados em 24 periódicos diferentes (Quadro 1), sendo o periódico de maior destaque o Âmbito Jurídico, com 21,5% dos artigos. Isso mostra que o interesse maior nas pesquisas sobre a Lei de Acesso à Informação é do ramo do Direito, mas é preciso considerar que a supracitada norma engloba temáticas do ramo jurídico e social.

Quadro 1 - Periódicos com publicações realizadas sobre a Lei de Acesso à Informação.

PERIODICOS	Nº DE ARTIGOS
Ambito Juridico	11
Jornal Jurid Digital	8
Boletim Conteudo Juridico	7
Liinc em Revista	3
Revista de Estudos Criminais	2
Carta Forense	2
Revista Espaco Academico	1
Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global	1
Revista Debates	1
Políticas Culturais em Revista	1
Juris Plenum Ouro	1
Interesse Publico (Impresso)	1
Informativo de Regime de Pessoal (Irp)	1
Informacao Arquivistica	1
Incid: Revista de Ciencia da Informacao e Documentacao	1
Gv Executivo	1
Fiscosoft	1
Comunicacao Informacao	1
Cadernos de Saude Publica (Ensp. Impresso)	1
Boletin Mexicano de Derecho Comparado	1
Boletim dos Procuradores da Republica (Impresso)	1
Atitude	1
Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pos-Graduacao em Historia da UFRGS	1
Acervo	1

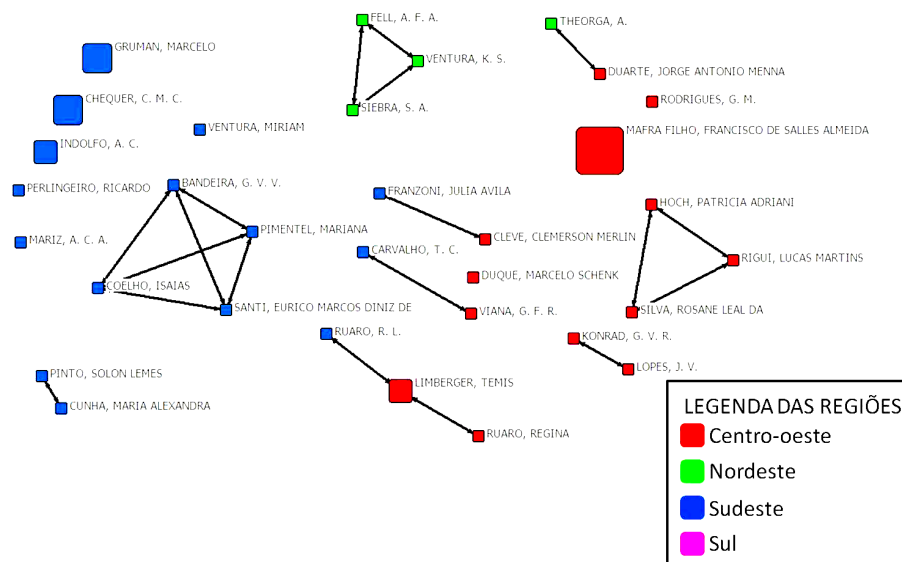
Fonte: Elaborado pelos autores (2014).

Por fim, o Gráfico 4 apresenta as redes de colaboração entre os autores que tiveram artigos publicados sobre a Lei 12.527/2011. Coexistem 9 autores isolados com cinco díades (duplas), três tríades (redes de 3 autores) e um subgrupo formado por quatro autores. Além



disto, é possível observar a predominância de autores vinculados a instituições da Região Sudeste que trabalham em colaboração com autores da região Sul.

Gráfico 4 – Redes Sociais dos Pesquisadores com artigos sobre a Lei 12.527/2011 entre 2011 a 2013.



Fonte: Elaborado pelos autores (2014).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que a promulgação de uma lei que trate e discipline o acesso às informações públicas, a Lei nº 12.527/2011, representa um passo decisivo para a consolidação da democracia e dos direitos do cidadão. Contudo, é preciso que haja mudanças no contexto gerencial e organizacional das instituições públicas, como também na própria cultura de sigilo impregnada na sociedade. Há de se considerar que o avanço das ciências em geral se dá pela elaboração e divulgação de pesquisas, e tais mudanças podem ser entendidas e analisadas mediante estudos em torno da Lei de Acesso à Informação e de seus desafios e impactos.

Os indicadores ora apresentados retratam poucas pesquisas sobre a Lei de Acesso à Informação, mesmo sendo esta uma temática que necessita de muitos estudos, haja vista sua importância social. O instrumento existe, agora é preciso que os pesquisadores tragam para a sociedade os impactos dessa nova realidade e os caminhos a serem percorridos para a efetivação concreta da norma.

Há de se destacar, por fim, que os resultados apresentados retratam uma realidade ainda em mudanças, devido a peculiaridade da temática analisada, como também a recente vigoração da lei que trata e disciplina o acesso às informações produzidas e custodiadas por órgãos públicos, entrave de longo período no Brasil. Portanto, outros estudos cientométricos

ainda precisam ser realizado para contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais democrática com informações públicas mais acessáveis e acessíveis.

REFERÊNCIAS

ARTICLE 19. **Leis de Acesso à Informação:** dilemas da implementação. São Paulo: Article 19, 2011, 40 f. (Estudos em Liberdade de Informação). Disponível em <<http://gregmichener.com/Leis-de-Acesso-a-Informacao-Dilemas-da-Implementacao--Artigo19.pdf>>. Acesso em 27 out. 2013.

BRASIL. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, nov. 2011, Seção I.

SANTOS, R. N. M.; KOBASHI, N. Y. Bibliometria, cientometria, infometria: conceitos e aplicações. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p.155-172, jan./dez. 2009. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewArticle/21>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

SPINAK, E. Los análisis cuantitativos de la literatura científica y su validez para juzgar la producción latinoamericana. **Bol. Oficina Sanit. Panamer**, v. 120, n. 2, p. 139-47, 1996.it. Panamer, v. 120, n. 2, p. 139-47, 1996.

UHLIR, P.F. **Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público**. Brasília: UNESCO, 2006.

VANTI, N. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12918.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

VIOTTI, E. Introdução. In: VIOTTI, E.; MACEDO, M (Org.). **Indicadores de ciência, tecnologia e inovação no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.